



e-ISSN: 2178-5694

Conversas & Controvérsias

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais
Escola de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Apresentação/ *Presentation*

Partidos e representação política

Rafael Machado Madeira ¹

Marcos Paulo dos Reis Quadros ²

Karolina Mattos Roeder ³

Vinícius Rodrigues Zuccolotto⁴

A democracia representativa é o grande modelo político adotado no mundo ocidental, ainda que cada democracia possua suas particularidades. Vemos eleições sendo realizadas nas principais democracias do mundo, as quais, diga-se de passagem, são concretizadas de variadas formas, configurando sistemas eleitorais plurais e adaptados a cada realidade sociopolítica.

Antes de discorrer a respeito dos atores políticos e dos seus papéis, cabe frisar que democracia é um termo que permite diferentes definições. Na esteira dos inúmeros trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre o tema, clássicos como Schumpeter (1961) e Przeworski, (1991) compreendem, em suma, a democracia como um sistema de escolha dos governantes por eleições competitivas, no qual há regras definidas e os resultados são acatados (inclusive pela oposição). Não é sem razão, portanto, que o conceito de "poliarquia" (DAHL, 1997) tem feito cada vez mais sentido. Por fim, o referencial trabalho de Lijphart (2003) tornou claro que os "modelos de democracia" são tão variados quanto complexos.

Contudo, a democracia, claro, não se restringe à dimensão eleitoral. Aspectos substantivos intrínsecos ao regime democrático existem, como por exemplo as diferentes liberdades e direitos. No entanto, ainda que não se esgote no procedimento eleitoral, é inviável

¹Mestre e Doutor em Ciência Política (UFRGS). Atualmente Professor adjunto e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. Membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD/PUCRS). ORCID <http://orcid.org/0000-0002-3864-7673> E-mail : rafael.madeira@puccrs.br.

²Mestre e Doutor em Ciências Sociais (PUCRS) e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD/PUCRS). ORCID <http://orcid.org/0000-0003-4745-0634>. E-mail : marcosrq@hotmail.com.

³Mestre e Doutoranda em Ciência Política (UFPR), pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS/UFPR). ORCID <http://orcid.org/0000-0002-0237-970X>. E-mail : karolinamattosroeder@gmail.com.

⁴Mestre em Ciências Sociais (UFES), doutorando em Ciência Política (UFPE) e bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). ORCID <http://orcid.org/0000-0002-0525-2966> E-mail : vrzuccolotto@gmail.com.



se pensar uma democracia sem eleições. Isso implica no fato de que as instituições, ora, importam. É através de sistemas eleitorais, configurações de justiça eleitoral, modelos de participação e representação variados que grande parte dos cidadãos do mundo criam vínculos com seus líderes. É nesse contexto de instituições, valores, *rule of law* e atores plurais que processos eleitorais ocorrem.

Além das instituições formais, arcabouço no qual se localizam os partidos políticos (atores de primeira importância na política democrática), também se faz importante destacar os vínculos informais entre candidatos e eleitores. Assim, quando pensamos em representação, devemos pensar em um grande conjunto de elementos que permeia um processo, que vai desde o requisito formal para votar ou ser votado até as pautas identitárias, que espelham grupos específicos.

É nesse contexto amplo que discutir os partidos e a representação política continua sendo uma tarefa aberta, com uma agenda longe de se esgotar. Autores da Ciência Política, Sociologia, Direito, Economia, entre outras áreas, têm espaço para pesquisar desde o financiamento das campanhas eleitorais até as características da representação obtida por minorias políticas.

E assim tem sido feito. A literatura vem se debruçando sobre os assuntos que, de alguma forma, interagem com os partidos e com a representação política. Se a “democracia do público” delineada por Manin (1997) evidenciaria a expansão da influência das mídias e da opinião pública em detrimento dos partidos políticos, é igualmente válido sugerir que as agremiações partidárias, para o bem ou para o mal, continuam em plena atividade, inserindo-se mesmo como centrais para as democracias contemporâneas.

Nas páginas seguintes, encontraremos alguns trabalhos que tocam no tema. Antes, contudo, é necessário resgatar brevemente as ideias que existem por trás dos partidos e o que a literatura tem dito sobre a representação.

Vale dizer que os partidos ganharam importância especialmente a partir do crescimento do eleitorado, ainda no século XIX, período no qual a urbanização e a industrialização favoreceram a organização local de grupos sob novas configurações, dando gênese definitiva às sociedades de massa. Na esteira desse desenvolvimento, grupos parlamentares ganharam força fazendo-se advogados de interesses variados, competindo por popularidade (e não mais pelas graças do Soberano, conforme exigiam as características do Antigo Regime). Assim, direta e indiretamente a expansão do sufrágio se faz crucial para o amadurecimento dos partidos nas democracias.

Em que pese os partidos nascerem em locais e tempos diversos, isto é, com diferentes contextos políticos e sociais, o século XX assistiu ao amadurecimento das agremiações partidárias, que passaram a ocupar lugar central na política. Por isso mesmo ganha força a discussão a respeito do que são e quais os objetivos destes grupos.

Weber (1967), tratando de maneira histórica e sociológica a organização dos partidos, deixa evidenciado o caráter associativo destes, que seriam grupamentos organizados de modo a alcançar determinados objetivos, sejam eles específicos ou comuns a todos os membros.

Acima de tudo, o autor ressalta a característica associativa dos partidos, além de refletir a respeito do partido enquanto aparato burocrático típico do mundo moderno, que atua sob o impulso de obter uma “dominação legal”. Mas é com Duverger (1980) que a discussão sobre partidos políticos ganha densidade. Discutindo, por exemplo, a diferença entre “partidos de quadros” e “partidos de massa”, o autor coloca em relevo os partidos políticos, bem como os sistemas eleitorais nos quais atuam. Haveria, para Duverger, algum grau de correlação entre o molde dos partidos e o tipo de representação (e vice-versa).

Importa mencionar que a discussão que se refere aos partidos não é linear/estática, conferindo, pelo contrário, inúmeras possibilidades de abordagem. Por isso, mesmo antes do debate amadurecido sobre os partidos ter lugar, Michels (1982) já toma nota sobre o papel das direções dos partidos. Nesta linha, a “lei de ferro das oligarquias” é elaborada de forma a conceber a ideia da existência de uma elite partidária que tende a se encastelar nas esferas decisórias, freando a influência das massas e a democracia intrapartidária. Assim, os partidos, ainda que se constituam como elementos democráticos por excelência, conteriam em seus corpos tendências elitistas e oligárquicas pertencentes a outras organizações sociais alheias à democracia (mas inerentes ao modo como se organizam as sociedades).

Sartori (1982), por sua vez, faz referência aos partidos como mecanismos de comunicação entre sociedade e Estado. Os partidos conectam demandas sociais com o poder público. O autor oferta ainda importantes contribuições a respeito da quantidade de partidos e seus efeitos na democracia.

O tema não se esgota com o tempo e a prova disso é a continuação das publicações com assuntos cada vez mais diversos. Panebianco (2005) faz menção a uma nova tipologia de partidos, permitindo uma conexão direta com a discussão sobre a representação. Para o mais, o autor examina as motivações dos militantes, dividindo-os entre “crentes” e “carreiristas”. Enquanto os primeiros, mais ideologizados, ingressam nas agremiações a fim de defender bandeiras/valores e são motivados por “incentivos coletivos”, os “carreiristas”, por assim dizer, profissionalizam a militância partidária, visando “incentivos seletivos” (como postos na administração pública).

Nesse sentido, questões sobre as lideranças intrapartidárias ganham atenção, de modo que emergem pesquisas sobre o perfil profissional dos membros das direções de partidos, bem como os capitais a que estas pessoas têm acesso. Estudos de carreira (tanto dos políticos per se quanto dos militantes partidários e dos burocratas instalados nos postos públicos), assim, tornam-se substancialmente mais promissores. Além disso, os trabalhos também tentam esclarecer efeitos decorrentes da participação de cada membro na diretoria da agremiação, o que, por consequência, impacta frontalmente no tipo de partido e no segmento eleitoral que a sigla almeja cooptar.

Mais ainda: há espaço para a discussão a respeito de formas de financiamento e sobre a fragmentação política, aspectos que igualmente ganham relevância. Se mesmo no Brasil a discussão sobre as formas de arrecadar recursos por partidos já encontra um espaço amplo de

discussão, mais ainda se pode problematizar mediante estudos comparativos que englobem outros países.

Além disso, a existência de pluralidade de partidos já recebe merecida atenção da literatura. O tema permite reflexões acerca de uma quantidade razoável de partidos e a relação entre fragmentação e governabilidade, apenas para exemplificar.

É neste sentido que Sartori (1982) menciona um tema que tem sido levantado na literatura: os efeitos de uma grande quantidade de partidos para a democracia. A fragmentação apenas proporcionaria alguma representatividade a minorias políticas ou também teria o poder de sobrerepresentar estas minorias, tornando o parlamento menos proporcional às características nacionais? Se, por um lado, a ampla variedade de partidos pode denotar um arranjo institucional aberto a todas as correntes de opinião (respeitando um princípio democrático elementar), por outro, essa mesma pluralidade pode minar a governabilidade e abrir sendas capazes de macular o espírito público sadio (haja vista a utilização dos partidos “nanicos” como “siglas de aluguel” ou instrumentos de barganha que são negociados em troca de benefícios materiais específicos, como a ampliação do tempo destinado às campanhas eleitorais na imprensa).

Concerne perguntar ainda quais as razões da fragmentação ser maior em certos países do que em outros, ainda que os sistemas eleitorais e a formação cultural sejam semelhantes. Não à toa, trabalhos como os de Rae (1967) e de Laakso e Taagepera (1979) abordam exatamente os índices de fragmentação cabíveis para comparações entre países.

É importante lembrar que os partidos são atores privilegiados no mundo político, uma vez que podem interagir diretamente com diversas arenas simultaneamente. Assim, as agremiações se conectam com o eleitor, com o Parlamento, com o Executivo e com o Judiciário, por exemplo, podendo se apresentar ao grande público a partir de diferentes funções, papéis, etc.

Esses temas levam a pensar ainda a representação em si. Diversas questões teóricas e problemas empíricos surgem quando se debate o assunto. A começar pela obra seminal de Pitkin (1967; 2006) a respeito da origem e desenvolvimento do conceito de representação. Além do recorte histórico sobre o conceito, a autora fala ainda das diferenças entre a representação descritiva e a substantiva. Na representação descritiva, o corpo eleito não atua de modo a atender seus representados, mas os substitui. Já na representação substantiva o eleito, ainda que concentre alguma liberdade de ação, se assemelha de maneira mais fiel ao seu representado, portando similitude com os discursos e práticas deste. Young (2000) também trabalha a representação, no sentido de indicar as limitações do modelo descritivo.

Urbinati (2006), por sua vez, problematiza que a representação não pode ser vista como uma transposição exata dos desejos dos representados aos representantes, e nem depende apenas de procedimentos eleitorais. Mais do que isso, ela requer igualdade de condições materiais, liberdade de associação e de expressão. Além disso, ela reclama a existência, em algum grau, de uma cultura ética de cidadania, de modo a evidenciar aos representados que uma defesa sectária dos seus desígnios pode ser sobremaneira prejudicial.

Cabe lembrar ainda o trabalho de Manin, Przeworski e Stokes (2006), para quem o voto não é um mecanismo que assegure algum controle do representado sobre o representante. Por isso mesmo, a reflexão dos autores aponta dúvidas a respeito do efeito do voto na representatividade dentro das instituições democráticas.

Sem ignorar a questão da representação, O'Donnell (1991) levanta o tema do *accountability*. Para o autor, em que pese as regras formais funcionarem na América Latina, a baixa participação popular e a grande desigualdade social debilitam sobretudo o *accountability* vertical. Nesse sentido, lança mão do conceito de “democracia delegativa”, configuração na qual as regras parecem funcionar, mas os controles sobre os eleitos não.

E onde entraria o Brasil neste escopo teórico? Oliveira Vianna (1952) vislumbrava no Brasil a existência de uma sociedade embriagada pelo “espírito de clã” e pelo “facciosismo” desde os tempos coloniais. Ceifada pelo arbítrio dos chefes locais quase isolados em latifúndios infindos, a sociedade brasileira nascente pautar-se-ia pelo “insolidarismo” e pela incapacidade para o exercício do *self-government*. Não havendo um mecanismo estatal organizado com base na lei e na impessoalidade, os interesses dos populares tinham como único mediador o “chefe de clã”, a quem se deveria destinar lealdade como modo de obtenção de benesses. Sem “identidade classista” capaz de criar laços entre iguais, a sociedade brasileira nascente tinha poucos meios de se organizar e de se fazer representar.

Nesta ótica, a organização política do Brasil teria precedido a organização social, o que teria dificultado, já na infância dos núcleos populacionais que plasmaram a nacionalidade, a lapidação de uma psique orgânica e dotada de instintos de autodeterminação. Para Vianna, os reflexos desta formatação se fariam sentir mesmo no Brasil moderno.

É evidente que nossa inquietação parte do pressuposto de que a fórmula procedimentalista de Schumpeter (1961) parece ser insuficiente para definir democracias. Se é verdade que o aporte romântico/idealista/axiológico não resistiria à realidade, e que a competição política periódica e livre que tem o povo como responsável pela escolha dos governantes denota democracia, não é menos verossímil supor que outros elementos agregam “qualidade” ao sistema.

Assim, chancelamos a assertiva de Huntington, segundo a qual os “regimes políticos nunca se encaixam perfeitamente nos esquemas intelectuais e qualquer sistema de classificação tem que aceitar a existência de casos ambíguos, fronteirços e mistos” (HUNTINGTON, 1994, p. 18).

Desde a última redemocratização ocorrida década de 1980, o Brasil convive com o multipartidarismo e com eleições periódicas livres. Contudo, o pleno exercício da cidadania talvez encontre diante de si alguns anteparos. Nesse sentido, pode-se propor que “o grande desafio é criar uma democracia que consiga conciliar o aspecto formal (procedimento) com seu conteúdo (substância). Ou seja, transformar uma democracia de direito em democracia de fato” (ZAVERUCHA, 2005, p. 17).

Este ponto nos leva de volta ao debate sobre os partidos políticos. Se por um lado são formalmente essenciais ao desenvolvimento da democracia, por outro teriam como objetivo

representar o eleitor. Essa representação política não é algo simples. Por ser fruto de uma constante, ininterrupta e infindável luta entre diferentes atores políticos, partidários e sociais, a representação sempre é contingente. Portanto, não pode ser mensurada e avaliada diretamente e de forma peremptória.

Com efeito, a mera ocorrência regular de eleições livres pode deixar de trazer consigo benefícios reais para a população. O vazio causado pela inexistência de tais benefícios tende a produzir o desencantamento com o sistema, que pode ser encarado por alguns como um ineficaz fetiche moldado de forma a saciar elites específicas. A transformação desta percepção em insatisfação ostensiva e, no extremo, em inconformidade/revolta, é sempre uma possibilidade.

Essa possibilidade de descrença no sistema alcança, sobretudo, os atores políticos, entre eles – e especialmente – os partidos, e a representação em geral. Importa ressaltar que a interpretação de Sallum (1996) – segundo a qual a mais recente redemocratização brasileira significou uma dupla mutação (no sistema político e no modelo econômico) – precisa tornar-se não um diagnóstico teórico, mas uma receita referencial para o advento de um porvir mais auspicioso. Um porvir no qual o sistema político seja complementado por uma expansão uniforme de direitos (e deveres) para todos os brasileiros.

De fato, o Brasil vislumbra um quadrante histórico singular no que diz respeito aos partidos e à representação política. Aspectos como a proliferação de partidos, estabelecimento de grupos de pressão no interior dos parlamentos, descrença no sistema, irregularidades no mecanismo de financiamento de campanha, eleição de outsiders para mandatos eletivos, advento das redes sociais e de seus impactos nas eleições, dentre outros, suscitam amplo debate.

Ademais, a confiança dos brasileiros em instituições como os partidos políticos está em xeque:

Outra característica dos partidos políticos no Brasil é que eles nunca foram partidos de massa *strictu sensu*. Desde o começo, os partidos sofreram por falta de institucionalização sólida, apresentando programas e plataformas vagos. Sua coesão interna foi catalisada por figuras carismáticas e círculos clientelísticos. Os chamados “partidos pega tudo”, especialmente os “partidos personalistas” que se desenvolveram na Europa, já existiam no Brasil. Como o rótulo sugere, esses partidos nunca foram canais efetivos de participação política dos cidadãos. Atualmente essa percepção continua vigente e tem se agravado pela presença da mídia de massa, que compete com os partidos. Esses fatores resultaram na indisposição social com a representação política, fazendo com que partidos políticos se mantivessem frágeis, comprometendo uma das principais funções que eles devem exercer: agregar e articular as demandas da sociedade. Quando essa ligação é quebrada, seu desgaste e perda de credibilidade são inevitáveis (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESK, 2016, p. 16).

De fato, grave é essa “indisposição social com a representação política”, o que se percebe também por meio de surveys. Apenas para nos determos em dados mais recentes, pesquisa Datafolha (2018) indica que 68% dos brasileiros declararam não ter confiança nos partidos políticos. De igual modo, 67% disseram não confiar no Congresso Nacional e 64% pensam o mesmo acerca da Presidência da República.

O fenômeno, no entanto, não é recente. Conforme assegura José Álvaro Moisés, ainda em 2005,

A democracia brasileira está relativamente consolidada – a maior parte dos especialistas reconhece isso. Mas ela enfrenta um paradoxo: as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos brasileiros. Pesquisas recentes mostram que, apesar do apoio ao regime democrático per se, cerca de 2/3 dos brasileiros não confiam – em diferentes graus – em parlamentos, partidos, executivos, tribunais de justiça e serviços públicos de saúde, educação e segurança. Surveys realizados entre 1989 e 1993 revelaram que a percepção negativa das instituições atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir sobre a disposição dos cidadãos para participar de processos políticos, como a escolha de governos (MOISÉS, 2005, p. 34).

É com base no pressuposto de que semelhantes problemas merecem atenção já há algum tempo que a presente edição traz um dossiê com o tema de Partidos Políticos e Representação. Mesmo sem a pretensão de abarcar a totalidade dos tópicos passíveis de análise, a discussão acima encontra aqui trabalhos empíricos que abordam a questão sobre variadas formas e metodologias. É com grande satisfação que pudemos criar neste dossiê um espaço acadêmico para que cientistas sociais e políticos em formação possam apresentar e trazer para o debate o fruto das suas respectivas pesquisas acadêmicas.

O leitor encontrará, por exemplo, o artigo de Ana Paulo Brito Maciel, Breno Pacheco Leandro e Ulisses Alves Arias que, sobretudo com o auxílio da estatística descritiva, aborda como o desenho institucional brasileiro proporciona a eleição de candidatos com baixa densidade eleitoral. Trabalhos deste teor mostram-se relevantes à medida que, por um lado, as regras eleitorais nem sempre são compreendidas integralmente, e, por outro, porque players podem se valer das regras como estratégia de ascensão nos parlamentos. No trabalho citado, o papel da fragmentação do sistema partidário, bem como o do financiamento dos partidos, mostra-se relevante. Além disso (e central no trabalho), as coligações são entendidas como um fenômeno crucial no processo eleitoral.

Já o trabalho de Taiane Fabiele da Silva Bringhenti, Giovanna Marteleto do Amaral e Suliane da Silva Cardoso aborda as relações do Partido da Representação Popular (PRP) com o Integralismo, movimento político que atuou formalmente no Brasil entre 1932 e 1937. O estudo faz um apanhado histórico a respeito da acomodação dos membros do PRP após a instauração do regime militar, avaliando, em particular, o caso do Rio Grande do Sul. Embora não avance até o atual multipartidarismo, tal perspectiva permite identificar o quanto a descontinuidade dos sistemas partidários nacionais (multipartidarismo de 1945, bipartidarismo

de 1965 e retorno ao multipartidarismo a partir de 1979) ocorre em paralelo com uma significativa continuidade de contingentes das elites políticas, que perpassam esses três sistemas partidários e mantêm as suas respectivas carreiras políticas (muitas vezes de forma ininterrupta).

Por sua vez, Bergson Moraes Vieira e Wilson José Ferreira de Oliveira analisam três diferentes padrões de carreira que conduzem alguns autores a ocupação de postos de liderança político-partidária. Dialogando, ainda que indiretamente, com referências clássicas como as de Michels (anteriormente citada), a pesquisa igualmente oferece dados inéditos, já que foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas feitas a membros do Partido Verde (PV) de Sergipe.

Ao fim, Willber Nascimento avalia qual seria o efeito dos partidos pequenos na fragmentação partidária brasileira. O trabalho combina diferentes técnicas metodológicas, entre elas estatística descritiva, "teste t" para amostras emparelhadas e análise de regressão. Os resultados apontam que a diminuição do número de partidos pequenos ainda possibilitaria uma fragmentação moderada no caso brasileiro.

O dossiê temático é finalizado com a resenha elaborada por Germana Nery Machado sobre o livro intitulado "30 anos de democracia no Brasil: avanços e contradições", organizado por Fabrício Pontin, André Ricardo Salata e Teresa Cristina Schneider Marques (pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da Pucrs) e lançado pela Edipucrs em 2018.

Resta dizer que, sobretudo nas democracias nascidas na terceira onda, os debates sobre o fenômeno político envolvendo as disputas eleitorais está aberto. Neste sentido, a agenda de pesquisa referente aos atores políticos e à representação, sejam eles individuais ou coletivos, merece atenção. A diversidade de perspectivas, de aportes teóricos e de ferramentas de pesquisa que caracteriza este dossiê o enriquece sobremaneira. Não menos importante: a diversidade institucional e regional dos seus autores (e organizadores) pode ser utilizada como medida para se atestar o quanto o tema deste dossiê ocupa papel de destaque na agenda da Ciência Política brasileira.

Julgando ter cumprido a tarefa oferecer sua contribuição para um debate acadêmico qualificado a respeito de questões tão contemporâneas e importantes para a Ciência Política, os organizadores deste dossiê agradecem à equipe da Revista *Conversas e Controvérsias* pela oportunidade e pelo apoio na sua elaboração, e desejam a todos uma boa leitura.

Referências

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique; RANINCHESKI, Sônia. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**. Florianópolis - v. 15, n. 32, 2016.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DATAFOLHA. **Partidos, Congresso e Presidência são instituições menos confiáveis do país**. Pesquisa de opinião, 2018. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>>. Acesso em: 21 dezembro de 2018.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 2 edição 1980.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. 1979. "Effective" Number of Parties: a Measure with Application to Western Europe. **Comparative Political Studies**, 12(1), pp. 3-27.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, 1997.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 1, 2005.

MITCHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. 5.ed. **Rev. e atual**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. "**Democracia Delegativa?**" **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, 1996.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PITKIN, Hannah. **The concept of Representation**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1967.

PITKIN, Hanna. Representation: words, institutions and ideas. **Lua Nova [online]**. 2006, n.67, pp.15-47.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado – no Leste europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.

RAE, Douglas W. **The political consequences of electoral laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.

SALLUM, Basílio. Labirintos. **Dos generais à Nova República**. São Paulo: Huitec, 1996.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Ed. brasileira rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. **Rio de Janeiro: Fundo de Cultura**, 1961.

URBINATI, Nádia. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.

VIANNA, Francisco José. de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Rio de Janeiro: **José Olympio**, 1952.

WEBER, M. 1967 (1918). **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Publicado : 18/01/2018